



Cadernos do **NUPPOME**

ISSN 2596-285X

ano 5, número 13, abril de 2023.



UFPEL

NUPPOME

Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória
IFISP - UFPEL

EXPEDIENTE

Cadernos do NUPPOME, Pelotas, ano 5, n.13, abril de 2023. ISSN 2596-285X

Imagem de capa

Fotografia de Carlos Artur Gallo, 2015. Imagem interna do pórtico de entrada do Memento Park, em Budapeste, na Hungria.

A *Cadernos do NUPPOME* é uma publicação quadrimestral do Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória disponibilizada em formato eletrônico em: <https://wp.ufpel.edu.br/nuppome/>

Entrevistas, textos e documentos publicados na *Cadernos do NUPPOME* podem ser reproduzidos livremente, desde que referida a fonte. Os conceitos emitidos pelos e pelas autoras dos textos aqui publicados são de sua inteira responsabilidade.

EDITOR

Carlos Artur Gallo | Universidade Federal de Pelotas

CONSELHO EDITORIAL

Andrés Del Río | Universidade Federal Fluminense

Boris Hau | Universidad Alberto Hurtado

Bruno Boti Bernardi | Universidade Federal da Grande Dourados

Bruno Mello Souza | Universidade Estadual do Piauí

Christian Jecov Schallenmller | Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Eneá de Stutz e Almeida | Universidade de Brasília

Fernando Perlatto | Universidade Federal de Juiz de Fora

Odilon Caldeira Neto | Universidade Federal de Juiz de Fora

Rita Juliana Soares Poloni | Universidade Federal de Pelotas

Tatyana de Amaral Maia | Universidade Federal de Juiz de Fora

Vanessa Dorneles Schinke | Universidade Federal do Pampa

ORGANIZAÇÃO, PREPARAÇÃO E REVISÃO DOS ORIGINAIS

Carlos Artur Gallo

Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória | NUPPOME
Instituto de Filosofia, Sociologia e Política | IFISP
Universidade Federal de Pelotas | UFPEL
Rua Cel. Alberto Rosa, 154 – 2º Andar – Sala 216 – Pelotas / RS, Brasil.
Contato | nuppome@gmail.com

SUMÁRIO

4 **Apresentação**

5 **NUPPOME Entrevista**

Entrevista com Maria Leticia Mazzucchi Ferreira

16 **Considerações sobre memória,
verdade e justiça**

*Tão longe, e tão perto: um esboço das políticas de
memória e seus principais eixos de pesquisa no espaço*

pós-soviético,

por Lúcio Geller Jr.

25 **Novidades sobre memória,
verdade e justiça**

28 **Fontes de pesquisa**

29 **Memória, verdade e justiça
em imagens**

APRESENTAÇÃO

Com a publicação do 13º número da *Cadernos do NUPPOME*, chegamos ao 5º ano da nossa revista. Como nas edições anteriores, divulgamos fontes de pesquisa, novidades editoriais e artísticas, assim como uma entrevista e um texto temático para fomentar a reflexão das/os leitoras/es a respeito de temas relacionados às políticas de memória.

A entrevistada deste número é a professora Maria Leticia Mazzucchi Ferreira, pesquisadora destacada nos estudos sobre patrimônio e lugares de memória e sofrimento. O texto, sobre a memória no espaço pós-soviético, foi escrito pelo historiador Lúcio Geller Jr. Registramos o nosso agradecimento a ambos, por terem contribuído com esta edição da revista.

Feita esta breve apresentação do novo número da revista, fazemos uso deste espaço para mencionar que o ano de 2023 marca o aniversário de 5 anos da criação do Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória – NUPPOME. Em quase 5 anos de atuação, o NUPPOME tem se engajado, continuamente, na promoção das pesquisas sobre as medidas que foram e vêm sendo implementadas para lidar com o saldo de diferentes regimes de exceção ao redor do mundo, mas também na divulgação do respeito aos direitos humanos e da democracia como valores a serem compartilhados, preservados e reivindicados por todas/os cotidianamente.

Uma vez que a pandemia ainda não terminou: Continuem cuidando-se.

Uma boa leitura a todas/os!

Saudações,
Carlos Artur Gallo
Coordenador do NUPPOME



Maria Leticia Mazzucchi Ferreira

Professora Titular aposentada da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e Pesquisadora do CNPq.

Doutora em História pela PUCRS com Pós-Doutorado pela Universidade Paris IV (França), coordenou diversas pesquisas sobre memória e patrimônio, tendo publicado artigos sobre lugares de memória e sofrimento.

5

Cadernos do NUPPOME – Quando surgiu seu interesse pelos estudos sobre memória coletiva? O que motivou a escolha do tema?¹

Maria Leticia Mazzucchi Ferreira – Meu interesse por estudos de memória creio que é anterior aos estudos que desenvolvi, tantos os formais (Mestrado, Doutorado), quanto os de pesquisa. Posso destacar dois grandes eixos que nortearam tal interesse. O primeiro deles é de ordem pessoal, familiar. Meu pai, um nordestino que viveu a experiência do migrante, um exílio sem retorno, era um homem da memória. Como na música do Dominginhos e Gil, sempre vi nele um certo lamento sertanejo, uma saudade infinita do sertão, da família que lá deixou e que nenhum de seus filhos pode conhecer. Meu pai, o narrador de Walter Benjamin, o *Raoui*, contador de histórias como na bela música cantada por Souad Massi que diz “Óh contador, conte uma história, uma lenda, fale-nos de gente do passado... cada um de nós tem uma história no fundo de seu coração”. Meu pai contava muitas histórias que iam de um nordeste de sol ardendo e de cangaço, da vida difícil de um jovem retirante na hostil cidade grande, da epopeia como marinheiro na segunda guerra mundial. A convivência com ele me mostrou o quão persistente são algumas lembranças, e mesmo quando a mente se vê submetida ao efeito devastador de uma doença degenerativa como o Alzheimer, como ocorreu com ele, em algum momento, por alguma conexão sináptica inesperada, elas voltam à consciência. Sim,

¹ Entrevista realizada e revisada por Carlos Artur Gallo, em março de 2023.

posso dizer que a figura de meu pai e o que ele representou em minha vida, formatou meus primeiros (e definitivos) passos em direção aos estudos de memória.

O segundo grande eixo foi o livro de Ecléa Bosi “Memória e Sociedade: lembranças de velhos”, lançado em 1979, mas ao qual tive acesso pela primeira vez em 1987 e que me abriu um universo desconhecido até então. Pela obra de Ecléa Bosi fui inserida nos estudos de História Oral, um método que permite que a relação entre pesquisador-pesquisado se estabeleça através da sensibilidade de quem conta e quem escuta, o momento fundacional da entrevista como um encontro de intersubjetividades e de elaboração da narrativa por quem narra, e da interpretação e registro por quem escuta. Ecléa Bosi recupera a história da cidade de São Paulo através das vozes narradas por sujeitos na velhice, narrativas que, tal como o fio de Ariadne, vão entregando ao leitor experiências que tem como centro o trabalho. Em Bosi, dois grandes teóricos da memória vão servir como alicerces para o imenso palácio de memórias que ela constrói: o filósofo Henri Bergson e o sociólogo Maurice Halbwachs. Os dois se aproximam por serem franceses e contemporâneos, por terem vivenciado experiências de violência extrema como a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, por suas origens judaicas e, sobretudo, por sua relação mestre/aluno, respectivamente Bergson e Halbwachs. É justamente essa relação que aproxima e separa ambos os intelectuais uma vez que, enquanto para Bergson, em sua obra magistral “Matéria e Memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito”, a perspectiva metafísica acompanha a lógica anti-localizacional da memória no cérebro, defendida pelo filósofo, contrapondo a isso a ideia de que o passado sobrevive por inteiro em zonas remotas do inconsciente e dá-se a perceber através da percepção, “impregnada do passado”. No texto de Bosi o filósofo é apresentado pelo epíteto de “Memória sonho”.

De outra parte está Halbwachs, aluno de Bergson no Liceu Henri IV e no Collège de France até 1901. Foi um grande admirador e seguidor das ideias de Bergson, sobretudo no que se refere a forma como este último traduz a relação do ser humano com o tempo, sintetizada na ideia de duração, e na definição de Memória-hábito como sendo aquela internalizada pelo corpo. Entretanto, discordou em pontos essenciais da teoria do mestre, muito em razão de sua aproximação com os meios socialistas da época e da descoberta de Émile Durkheim com a recente fundação da Escola Sociológica Francesa. Para Halbwachs, o que parece ser a memória individual, única de um sujeito, é na verdade resultado de construções sociais, sendo a sociedade no qual está inserido que fornece os quadros, as molduras de formatam sua (nossa) memória. Para Halbwachs, “para recordar-se é preciso se sentir em relação com uma sociedade de homens que possa garantir a fidelidade de nossa memória”. Logo, a memória é concebida assim como um fato social de onde deriva a concepção de memória coletiva e do grupo de pertencimento como o fornecedor de referências que moldam a recordação.

Credito igualmente à Memória e Sociedade de Ecléa Bosi a compreensão que me possibilitou ter, posteriormente, da noção de duração de Bergson e da ideia de modulação e ritmos da vida, noções que se converteram em ferramentas importantes para entender como os sujeitos, na situação de entrevistados, deixam lacunas temporais, não se orientam por tempos cronológicos (ou pelo menos não totalmente) e sim por um tempo percebido, um fluxo temporal que não se caracteriza por descontinuidades e dentro do qual elegem pontos de referências para ordenar suas narrativas.

Estes dois eixos que apresento acima foram condutores da escolha por realizar o Mestrado em Antropologia Social na UFRGS sob a orientação da antropóloga Cornélia Eckert e como um tema que, não por acaso, relacionava-se com momentos de minha vida. O tema da pesquisa

de dissertação foi “Memória e identidade social na velhice” e o campo foi realizado com idosos em situação domiciliar e institucionalizados e me possibilitou discutir elementos que fazem parte de um léxico dos estudos de memória: espaço, objetos biográficos, identidade.

Já no Doutorado em História na PUCRS, sob a orientação da historiadora Nuncia Santoro Constantino, a imersão na história oral e memória foi fundamental para demarcar um novo momento na minha trajetória. A pesquisa foi sobre uma antiga fábrica têxtil em minha cidade natal, Rio Grande. Fui pesquisar a Fábrica Rheingantz, fundada em 1873 e por várias décadas um dos principais ícones da Rio Grande industrial, seguindo uma referência sonora de minha infância, o apito da fábrica. Esse estímulo auditivo foi tão importante que esteve presente em grande parte de minhas entrevistas e mais recentemente gerou um artigo a ser publicado na Revista de História da USP, em coautoria com a pós-doutoranda Olivia Silva Nery, sobre a paisagem sonora industrial de Rio Grande.

O doutorado também me possibilitou um estágio na cidade de Turim, Itália, sob a coorientação da historiadora Chiara Vangelista. Ali pude então conhecer de forma mais profunda, os estudos de história oral pesquisando nos arquivos de Luisa Passerini, uma das precursoras dessa metodologia. Também do estágio na Itália vieram minhas reflexões sobre o tema da memória pública e da memória coletiva e como ela se constrói como elemento de coesão no interior de uma sociedade. Refiro-me em particular à memória da Resistência que se tornou uma memória quase cívica, sombreando outra memória que é a do fascismo e da colaboração com o Estado nazista.

Cadernos do NUPPOME – Entre 2006 e 2009, você coordenou um projeto de pesquisa sobre exilados uruguaios residindo nas cidades de Pelotas e Rio Grande na década de 1970. Como surgiu a ideia de pesquisar o tema? Quais os principais achados da pesquisa?

Maria Leticia Mazzucchi Ferreira – O período pós-doutoramento foi extremamente profícuo em termos de pesquisas. Já a memória era a grande angular que ia me abrindo novos campos e, ao mesmo tempo, definindo eixos de reflexão. É importante fazer uma breve digressão pois em 2003, um ano após ter defendido o doutorado, participei ativamente da criação de um Pós-Graduação *lato sensu*, o Especialização em Memória, Identidade e Cultura Material, que se tornou a primeira grande experiência de interdisciplinaridade pois reuniu colegas de diferentes áreas do conhecimento, no campo das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, em torno das temáticas chave. Em 2006 estive a frente de duas pesquisas muito significativas para os meus estudos de memória. A primeira delas foi a que realizei com os uruguaios que, na década de 1970-1980 saíram do Uruguai em consequência do regime militar imposto pelo golpe de 1973 e buscaram asilo nas cidades de Rio Grande e Pelotas. Aqui é importante destacar que o universo de pesquisa foi formado sobretudo por professores da UDELAR que, em razão da violência e movimentos persecutórios implantados dentro daquela instituição, deixaram seus postos, laboratórios, pesquisas, etc e vieram fazer parte do núcleo fundador da Faculdade de Medicina da Universidade do Rio Grande-FURG. Das entrevistas obtivemos alguns pontos recorrentes como as estratégias de manutenção da identidade uruguaia em locais que, naquela época, pouca afinidade tinham com o idioma espanhol. A persistência de algumas práticas culturais como a culinária (fazer o assado no domingo com o molho tradicional, cozinhar as empanadas com farinha uruguaia “contrabandeada”, os postres, etc.) permitiam estabelecer conexões dentro dessa comunidade e dela com a terra natal, acionando sentimentos de nostalgia e evocações memoriais compartilhadas. Ao mesmo tempo que a

“saúde” como experiência desenraizada no sentido empregado por Bela Feldman Bianco em seus estudos sobre comunidades de imigrantes portugueses nos Estados Unidos, operava como um sentimento de coesão entre os sujeitos, por outro lado as evocações ao passado vinham marcadas por relatos de medo, insegurança, desespero, situações limites que caracterizam o momento anterior ao exílio, formando assim uma narrativa com contornos de memória traumática.

A segunda pesquisa foi sobre memórias de ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial e posso dizer que aqui também foi uma escolha de cunho pessoal em razão da situação de meu pai como ex-combatente da Marinha. Já nessa pesquisa, considerando que o universo era composto essencialmente por homens na faixa dos 80 anos, os relatos eram pautados por um sentimento de que a condição de ex-combatente era elemento de distinção, em que pese a histórica situação de liminaridade e obsolescência a qual foram submetidos já ao término da missão brasileira na Itália. Entre os relatos pude compreender alguns elementos que, pela recorrência, funcionaram como referências de análise. O primeiro deles se refere aos objetos de uma cultura de guerra que, ao serem mantidos por esses ex-combatentes, converteram-se em objetos biográficos e peças de acervos pessoais que buscavam se tornar públicos, como peças de museu. Assim, canecas, pratos, talheres, mantas, objetos que constituíam um kit de uso pessoal do soldado, convertem-se em provas do “estive lá”, atestam a experiência vivida por seu proprietário, almejam transitarem entre as gerações seguintes como elementos testamentários-memorais. Outro elemento que pode ser destacado é o que Alessandro Portelli identifica como o mito do “bom alemão”, que nos relatos dos ex-combatentes que entrevistei aparecia através de expressões que colocavam os alemães, em particular os que se encontravam nos campos de prisioneiros, como jovens humildes e afáveis para com os brasileiros.

As memórias traumáticas, no entanto, tornavam-se subliminares em alguns relatos como o de jovens egressos da zona colonial do interior de Pelotas e São Lourenço que, por suas características físicas e pelo pouco domínio da língua portuguesa, visto serem egressos de famílias pomeranas e renanas, eram com frequência confundidos pelos militares americanos com soldados alemães e com isso sujeito a violências físicas e morais.

Cadernos do NUPPOME – Você já realizou pesquisas sobre museus de memória no MERCOSUL. Como você avalia os museus existentes, na região, que se dedicam ao tema das ditaduras? O que dizer sobre o caso brasileiro no tocante ao tema da musealização do seu passado autoritário? O que falta realizar?

Maria Leticia Mazzucchi Ferreira – O tema dos museus de memória surgiu como decorrência dessa aproximação com a memória política (os uruguaios), com a memória de guerra e com a noção de trauma aplicado ao campo da memória social. Antecede a isso tudo minha incursão, a partir de 2006, na área da Museologia, curso de bacharelado criado nesta data na UFPEL e do qual fiz parte da comissão organizadora e como Coordenadora. Antes de abordar os museus latino-americanos é importante retroceder um pouco e entender o contexto no qual surgem os primeiros museus de memória. Um recuo até a Guerra da Secessão nos Estado Unidos e veremos que os campos de batalha se converterão, no após conflito, em sítios de memória que passaram a demarcar as peregrinações que para eles acederiam, conforme aponta Tobelem (2007). Entretanto, foi no período da Primeira Guerra Mundial que ações mais institucionais se farão sentir tanto nos campos de guerra, como nas ruínas e destroços, quanto

na inscrição memorial dos mortos. Na França, em particular, vai se configurando uma nova noção de patrimônio que se diferenciava daquele aplicado aos monumentos por sua beleza, raridade e historicidade. Ainda durante o curso da guerra, em 1915, surge um movimento de populares em direção aos lugares que haviam sediado batalhas, em geral familiares de soldados mortos ou desaparecidos e que acediam a estes espaços para buscar recuperar objetos ou mesmo fragmentos de tiros, etc. Podemos dizer que essa é a origem dos primeiros acervos de guerra privados e que posteriormente compuseram os acervos museológicos sobretudo ao norte da França onde os front de guerra foram os mais importantes. O registro dos lugares de conflitos se fez acompanhar, imediatamente ao término da guerra, pela proliferação de monumentos aos soldados mortos representados como heróis da pátria, além de nominatas de mortos, em geral associados a cada cidade e vilarejo, configurando assim uma estética do sofrimento e luto coletivo que invade o espaço público, fazendo com que o dever de memória se torne garantia do “nunca mais” (WINTER,2014), não tanto no sentido que passamos a conhecer pela recorrência dessa expressão referente às ditaduras latino-americanas, mas no sentido pacifista de garantir um futuro sem guerras mortíferas.

Entretanto, será no pós Segunda Guerra Mundial que veremos surgir novos elementos a partir da trágica marca deixada pelos campos de concentração nazista. Em paralelo a elaboração por Raphael Lemkin, do conceito de genocídio para o que “não tem nome”, referindo-se ao Holocausto judaico cometido pelos nazistas, em 1947 surge, no campo de morte de Auschwitz, o primeiro museu *in situ*, ou seja, dentro do campo e composto por objetos que atestariam, para a humanidade, os horrores ali cometidos. Importante destacar que essa primeira fase do museu de Auschwitz foi levada a termo por ex-prisioneiros sobreviventes do genocídio.

A musealização de Auschwitz foi o marco fundamental do que se pode definir como um movimento centrado sobre a narrativa testemunhal protagonizado pela figura da vítima que se converterá em centro organizador do que denominaremos museus de memória e memoriais. Em tais espaços ocorre o trabalho da memória através da comemoração e visibilidade de eventos que, por sua natureza, pela brutalidade e sofrimento que carregam de suas origens, estariam destinados ao apagamento.

No que se refere ao cenário latino-americano é importante destacar que os museus de memória surgem, de forma geral, no começo dos anos 2000 e estão associados aos processos de pós-regimes ditatoriais, implantação de justiça de transição e comissões de verdade que tiveram e têm como função investigar os crimes perpetrados pelo Estado e outros agentes durante a vigência dos regimes de exceção. Em todos os quadros nacionais em que foram constituídas Comissão de Verdade, nos relatórios finais é indicada a organização de museus, monumentos, inscrições que demarquem a topografia do horror. Vemos que um aparelho cultural em cuja origem na Antiguidade estavam os espólios de guerra obtidos pelos vencedores, são elevados assim a condição de lugares nos quais a memória assume o papel de reparação simbólica.

Países como a Argentina foram pioneiros na constituição destes espaços de memória que, em conjunto com outras iniciativas oriundas da sociedade civil tais como o Movimentos das Mães (Avós) da Praça de Maio, as organizações de Direitos Humanos, as Universidades e os arquivos, buscaram converter a memória dos crimes cometidos pela ditadura em um memória nacional. Ainda que se possa discutir os percursos de constituição dessa memória, sua apropriação pelo discurso político, é fundamental observar que sua robustez se deu também porque foi assimilada num fluxo geracional, transmitida dentro de uma cadeia que une avós e netos, tal como se pode verificar no surgimento em 1995 da organização H.I.J.O.S.

No contexto argentino a memória difícil da última ditadura militar, em razão da forma como foi assumida dentro dos diferentes meios sociais, pode ser compreendida como uma memória exemplar, no sentido atribuído por Todorov (2013) como uma memória que busca servir de advertência e ensinamento sobre o passado para a construção do futuro.

Vemos que alguns dos elementos que possibilitaram a ascensão da memória (e por consequência todo o processo de musealização, patrimonialização, arquivamento, etc) no caso argentino, estiveram ausentes no caso brasileiro. A Lei de Anistia que passou a vigorar a partir de 28 de agosto de 1979, concedendo o “perdão” aos perseguidos políticos, estendeu de forma tácita o mesmo benefício aos representantes da violência de Estado, torturadores, violadores dos direitos humanos. A tentativa de alterar a Lei 6683, questionando sua abrangência para casos de tortura e crimes comuns cometidos durante a última ditadura cívico-militar, foi proposta por ação da OAB em 2009 e levada a plenário do STF em 2010 tendo sido rejeitada por 7 votos a 2. Sob o argumento de que o passado não deve interferir no presente, ratificou-se o esquecimento como estratégia de governabilidade, tendo como uma das consequências a impossibilidade de se constituir um verdadeiro diálogo sobre o passado e a atribuição de responsabilidades aos envolvidos nos crimes perpetrados.

Importante referenciar aqui a obra de Nicole Loraux sobre a instituição da anistia em Atenas por uma lei do ano 403 A.C, objetivando esquecer a guerra civil ocorrida no ano anterior e proclamando assim reestabelecer a convivência e reconciliação entre os cidadãos. Estabeleceu-se um “esquecimento prescritivo”, tal como define Paul Connerton (2008) através de um ato de Estado, impondo-se como interesse de todas as partes e reconhecido publicamente.

Ao contrário do caso argentino no qual os locais de detenção e tortura, oficiais (ESMA) ou clandestinos, foram identificados e por ação da sociedade civil buscou-se a preservação de tais locais como testemunhos e sítios de memória, no Brasil verificou-se um intenso apagamento desses locais através de demolições, descaracterizações, apropriação por particulares, etc, de maneira que as evidências materiais da ditadura fossem eliminadas do campo visual e mental dos brasileiros.

Por outro lado, torturadores foram alçados a personalidades importantes na história nacional, tanto por constarem na toponímia de ruas, pontes, aeroportos, viadutos, etc como por serem exaltados em bravatas e discursos públicos como vimos no governo de Jair Bolsonaro. O impedimento de acesso à verdade transformou-se numa imensa massa disforme e acinzentada que oblitera o passado e, por consequência, opera como um esvaziamento de memória e sensibilidade ao sofrimento.

Nessas condições, a operacionalização de um museu de memória torna-se mais do que tudo um ato de resistência em uma sociedade que foi privada de conhecer o que aconteceu num passado recente, que foi sendo transformada em um coletivo insensível, brutalizado, destituído de empatia.

Cadernos do NUPPOME – Com o passar dos anos, seus estudos sobre memória foram se diversificando no que se refere ao recorte temático das suas pesquisas. Assim, seus trabalhos mais recentes têm abordado a questão da patrimonialização dos lugares de sofrimento. Como abordar esse tema no contexto brasileiro? Quais os desafios?

Maria Leticia Mazzucchi Ferreira – A questão da patrimonialização dos lugares de sofrimento foi decorrente do interesse por museus de memória e memoriais, associado à memória

política. Ao musealizar um lugar que sediou atos de violência, tal como apresento na resposta anterior, se está atuando para que sobre tal espaço incida o que Jean Davallon (2012:44-47) traduz como a “operação de patrimonialização” que consiste em etapas como “a descoberta” que é a emergência de sentimento de valor de um objeto, a ideia de que representa algo ao qual só se tem acesso através dele, a memória que parece estar ali incorporada, seguida do estudo do objeto, para o qual concorrem as operações de “dissecação e taxidermia”, plenamente descritas em um instrumento como o Inventário, seguidas pelas etapas de declaração, com o enunciado da condição de objeto patrimonial, a justificativa, a disponibilização para acesso do coletivo e a transmissão, estas duas últimas abordadas por Davallon como as finalidades sociais da patrimonialização.

Em 1972 ocorreu a Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO de 1972 que instituiu as listas de sítios aptos a se tornarem patrimônios da humanidade. Apenas sete anos após, em 1979, foi feito o registro de “Auschwitz-Birkenau-campo alemão nazista de concentração e extermínio” como patrimônio mundial. Após Auschwitz, outros sítios de horror cujas candidaturas encontram-se em “lista tentativa” para análise e possível conversão em patrimônio mundial. Exemplos disso é a inscrição, em 2012, dos “sítios memoriais do genocídio em Ruanda: Nyamata, Murambi, Bisesero e Gisozi”. Em 2017 a inscrição da “ESMA sitio e Museu- antigo centro clandestino de detenção, tortura e extermínio”, e em 2020 a inscrição da candidatura do Camboja com “Antiga prisão M-13, Museu do Genocídio Tuol Slang, Centro genocidário Choeung Ek”, centros de encarceramento, tortura e execuções cometidas pelo regime do Khmer Vermelho (1975-1979).

A patrimonialização e musealização de tais lugares de sofrimento abre inúmeras perspectivas e pontos de debates que não podem ser ignorados sob pena de cometer erros como a banalização e desqualificação do sofrimento. Observe-se que espaços como os acima citados e outros que testemunham crimes contra a humanidade, rapidamente tornaram-se locais privilegiados para o chamado *dark tourism*, e as estatísticas revelam essa espécie de turistificação de massa com números que apontam o complexo Auschwitz-Birkenau como o terceiro museu mais visitado em 2019.

A preservação e gestão desses patrimônios “difíceis” ou “patrimônio negativo” como denomina Sophie Wahnich (2011:49) ao afirmar que são patrimônios do “negativo que habita as sociedades”, logo destinado a ser recusado, rejeitado pela consciência, é um dos grandes desafios uma vez que, ao serem preservados os testemunhos do sofrimento, é necessário que se invista fundamentalmente na construção de sentidos para os mesmos, tornando-os espaços para que não apenas o passado mas o presente e o futuro estejam em total diálogo. Caso contrário, os arames farpados de Auschwitz cuja conservação e reposição custam centenas de milhares de euros anualmente, as roupas ensanguentadas expostas na igreja em Kigali, as montanhas de crânios no Museu Tuol Slang em Phnom Penh ou as inscrições nas paredes do Memorial da Resistência em São Paulo, tornar-se-iam apenas objetos destinados a provocar comoção, terror, espanto, mas rapidamente superados pela constatação de que fazem parte do passado...

No Brasil, pelas razões que mencionei no texto anterior, as dificuldades são ainda maiores pois nossos “patrimônios incômodos” (PRATS, 2007) apresentam problemas já na própria constituição como tal uma vez que não conseguem lograr um reconhecimento público, logo não se convertem em memória coletiva. Exemplo disso é a Ilha do Presídio ou Ilha das Pedras Brancas, como também é conhecida, situada no Lago Guaíba e desde 2012 parte do município de Guaíba. Os prédios que compõem a Ilha do Presídio são construções de 1857 feitas para

servirem de depósito de pólvora para uso militar. A partir do golpe militar de 1964 será instalado na ilha um centro de detenção de presos políticos. Sua localização fora do centro urbano e isolada no meio de um lago, fez dela um lugar propício para os inúmeros abusos e violências cometidas pelos agentes públicos contra os subversivos, como eram classificados os oponentes ao regime. Entre os anos 1965 e 1973 mais de cem presos políticos foram enviados para a ilha, a grande maioria composta por jovens militantes de movimentos estudantis e de organizações clandestinas de resistência à ditadura (IPHAE, 2014).

O processo de tombamento da Ilha do Presídio iniciou em 2012 com indicação feita pela Comissão Estadual da Verdade e por indicação do governador do estado à época, Tarso Genro, formalmente inscrito como patrimônio em 2014 junto ao IPhAE.

O tombamento do complexo edificado, já grande parte em ruínas em 2014, bem como do espaço natural da ilha, incluindo flora e fauna, não conseguiu deter o avanço da ação predatória do tempo, nem o descaso do poder público com o que sobrou como testemunho do presídio e dos que ali deixaram parte de suas vidas. Nove anos depois do processo de patrimonialização concluído, a ilha existe numa espécie de esquecimento e abandono institucional, sem investimentos que possibilitem qualificá-la formalmente como um sítio de memória.

Aos “patrimônios incômodos”, o vazio da memória.

Também meu segundo estágio de pós-doc na França me possibilitou conhecer alguns casos de patrimonialização em lugares de sofrimento como o campo de “transito” na localidade de Drancy na zona conurbana de Paris. Neste local, originalmente um conjunto habitacional construído na década de 1930 e destinado a trabalhadores, instalou-se um campo provisório de detenção de judeus que posteriormente eram deportados para os campos de morte, durante a ocupação nazista de Paris. O investimento público na construção de um museu e centro de memória foi fundamental para a revitalização do lugar como um espaço para conferir dignidade aos mortos e aos vivos.

Em 2018 estive na origem de formação do NEMPLUS (Núcleo de Estudos em Memória e Patrimônio de lugares de sofrimento) vinculado ao PPGMP. O NEMPLUS se tornou um importante lugar de debates, estudos, pesquisas (TCC, dissertações, teses) sobre a temática de patrimônios difíceis e já organizou vários eventos ao longo desses quatro anos.

Cadernos do NUPPOME – Num dos (muitos) projetos de pesquisa do qual você participou da equipe, você teve a oportunidade de trabalhar com o antropólogo francês Joël Candau, uma referência nos estudos sobre memória na atualidade. Como a perspectiva de análise de Candau pode ser utilizada para pensar o caso brasileiro? Pergunto isso pensando na memória relacionada ao período da ditadura civil-militar (1964-1985).

*Maria Leticia Mazzucchi Ferreira – A contribuição de Joël Candau para os estudos memoriais é inquestionável pois ele formulou um conceito, o de metamemória. Estudos sobre a memória ou tendo a memória como centro de análise, dentro do campo das Ciências Humanas e Sociais, multiplicaram-se em larga escala desde a década de 1980, período que Jay Winter (2007) denomina como *memory boom*. Entretanto, e sem fazer aqui nenhum juízo de valor, poucos foram os estudiosos que elaboraram chaves analíticas para a compreensão da memória, categorias conceituais que nos orientam e conduzem na análise de nossos objetos. O*

antropólogo Joël Candau é um dos que nos forneceu um instrumento importante que é o conceito de metamemória e aplicou-o a situações empíricas como a memória olfativa.

A noção de memória coletiva elaborada por Maurice Halbwachs foi apenas parcialmente desenvolvida. Certamente sua deportação para o campo de Buchenwald, Alemanha e morte em 1945, após um ano como prisioneiro, interrompeu um processo de reflexão que, de forma fragmentária deu origem à obra póstuma Memória Coletiva. Halbwachs não define exatamente como a memória torna-se coletiva, ou seja, como passamos a fazer parte de uma memória que nos abarca, uma espécie de estrutura dentro da qual formamos nossas recordações. Apesar de impreciso, o conceito de memória coletiva tornou-se operacional uma vez que nos usamos dele para designar os mais diferentes processos, sem que nos questionemos exatamente do que estamos falando. A contracorrente dessa tendência é que vai o pensamento de Candau e já como preâmbulo nos adverte que sua interpretação de memória coletiva é de que seja uma retórica holista, que pode tanto explicar um compartilhamento real de memória (um compartilhamento de representações sobre o passado a exemplo do que ocorre com fotografias de família), quanto uma retórica sem qualquer base empírica. Nesse sentido seu questionamento é sobre o grau de nosso compromisso ontológico quando falamos de memória coletiva, o que denota uma memória compartilhada. Candau chama a atenção para o fato de que atestar formas compartilhadas de lembrança levaria a documentar estados mentais, ou seja, que X Y e Z teriam as mesmas memórias, e isso é, por definição, impossível. É então que ele propôs o conceito de metamemória, derivado da neurociências, para o campo da antropologia da memória pois metamemória significa a representação que cada um tem de sua própria memória (tenho uma memória fraca, por exemplo). Quando se passa do individual ao grupo-coletivo, a metamemória é na verdade a crença em uma memória compartilhada e reivindicada cuja função é a de tornar-se um elemento de coesão, uma “certeza de raízes e destinos comuns”, e possui efeitos sociais poderosos como o de fazer com que um grupo se pense (creia) como dotado de identidade.

A noção de metamemória, assim como outras como a de sociotransmissores, análogos aos neurotransmissores que atuam como facilitadores ou bloqueadores da memória no sistema nervoso, são noções universais que antecedem sua aplicabilidade pois, tal como as contribuições de Bergson, Halbwachs, Ricoeur, são conceituais logo ferramentas de análise. Nos servimos delas para analisar determinadas realidades empíricas e no que se refere ao período da ditadura militar podemos dizer que essa é uma memória fraca, no sentido elaborado por Candau, pois nela não atuaram sociotransmissores que buscam facilitar o sentimento de compartilhamento. No livro Memória e Identidade, publicado no Brasil pela Editora Contexto e sob minha tradução, Candau enumera alguns sociotransmissores importantes como a escola, as artes, os arquivos, os museus, monumentos, mas também indivíduos que atuam como facilitadores, os chamados “empreendedores de memória”. Na ausência ou fragilidade desses sociotransmissores não se constitui um compartilhamento metamemorial, ainda que exista o compartilhamento memorial como as narrativas de situações de cárcere feitas pelos prisioneiros do Memorial da Resistência, por exemplo.

Cadernos do NUPPOME – Que temas você acha que precisam ser melhor explorados nos estudos sobre memória da violência no Brasil?

Maria Leticia Mazzucchi Ferreira – Michael Rothberg no livro Multidirectional Memory: Remembering the Holocaust in the Age of Decolonization (2009) nos traz um questionamento

que penso ser de extrema importância em tempos nos quais polarizações, culpabilizações e afirmações identitárias tornaram-se tão evidenciadas. Rothbergs parte de um questionamento inicial: O que acontece quando diferentes histórias de extrema violência se confrontam na esfera pública? A lembrança de um evento apaga outro? Quando memórias do colonialismo, ocupação, escravidão e o Holocausto se chocam no cenário multicultural contemporâneo, deve ocorrer uma competição de vítimas?

Partindo de três categorias- memória, justiça, comparação- elabora o que denominou como negociações transculturais da memória do Holocausto baseando-se em três princípios: contra uma lógica de memória competitiva que dominou (e domina) abordagens acadêmicas e não acadêmicas (a memória do Holocausto sombreia e marginaliza outras memórias igualmente traumáticas); o princípio de que memórias aparentemente distintas na essência são inseparáveis (o horror de um genocídio) e como terceiro princípio relativizar e questionar a relação memória e identidade de um grupo quando essa relação tende a essencializar identidades, tornando-as impermeáveis a outras colaborações e trocas.

Pela perspectiva de Rothberg uma memória pode iluminar outra, não deixando margem a hierarquias de vítimas e sim uma compreensão mais ampla do sofrimento humano e do direito ao passado. Tomo aqui como exemplo o caso analisado por um orientando meu de mestrado, Maik Lenno Lima (2021) acerca dos campos de concentração de Patu, na localidade de Senador Pompeu no sertão do Ceará. Este campo foi um dos mais importantes campos de “retenção” de migrantes que fugiam de uma das piores seca que assolou o nordeste na década de 1930, eram impedidos de chegar à capital e levados para este local com promessa de trabalho e assistência. A morte por inanição e sede compôs o cenário macabro e cruel que caracterizou o campo e seu cemitério com “as almas do Patu”. Na análise que fez sobre a patrimonialização do campo, Maik Lenno buscou nos estudos sobre os campos nazistas as referências para abordar o sofrimento a que foram expostos as centenas de homens, mulheres e crianças internados em Patu, assim como sua invisibilidade frente aos moradores do meio urbano de Senador Pompeu e do estado do Ceará. Temos aqui um exemplo de memória multidirecional e penso que essa reflexão deveria ser mais bem analisada e compreendida em nosso meio acadêmico.

14

Cadernos do NUPPOME – Recentemente, discursos negacionistas têm se amplificado não apenas no contexto brasileiro. Basta observar, neste sentido, o negacionismo da ciência que assistimos durante a pandemia de COVID-19. Pensando especificamente no negacionismo relacionado às violações aos direitos humanos praticadas sob regimes de exceção: como a musealização pode ajudar a combater tais discursos?

Maria Leticia Mazzucchi Ferreira – Museus, arquivos, memoriais, comemorações, inscrições urbanas, todos são importantes instrumentos de comunicação e, potencialmente, transmissores de memória. No entanto, também podem ser lugares onde memórias se colocam como concorrentes, onde os conflitos em torno da memória podem exacerbar disputas internas ao meio social. Igualmente, e tal como já abordado aqui, podem resvalar para um templo do páthos no qual o objetivo maior seja o de provocar comoção, uma espécie de espetacularização do horror muito em voga nos tempos atuais. Ainda, o caráter militante que podem assumir tais espaços tendem a colocar o passado como inquestionável, blindado ao estabelecimento da dúvida. Rubén Chababo (2017), ex-diretor do Museo de la Memoria de Rosario, Argentina e responsável pela organização da expografia desse que se tornou uma

referência no campo de museus de memória pois privilegiou a linguagem artística como um veículo para falar da ditadura argentina mas também para provocar reflexões sobre a violência, as exclusões, as discriminações de forma mais ampla e em perspectiva sincrônica e diacrônica (a História como recurso fundamental) nos diz que um museu, em particular um museu de memória pois estamos falando de memória política, deve apostar no dissenso, nos debates, na pluralidade de discursos e representações sobre o passado A proliferação de sítios patrimonializados, museus de memória, memoriais, comemorações, enfim, o fenômeno “memorial” que caracteriza a contemporaneidade, em escala mundial, não impediu que novos genocídios ocorressem e venham a ocorrer. Em algo (ou em muito) estamos falhando como humanidade e essa reflexão temos o dever de fazer.

Referências utilizadas/mencionadas pela entrevistada

- BERGSON, Henri. **Matéria e Memória: ensaio sobre a relação do corpo com espírito**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. São Paulo, Contexto, 2011.
- _____. **Épistémè du partage**. Anthropologie sociale et ethnologie. Université Nice Sophia Antipolis, 1999.
- CHABABO, Rubén. **La piedra y el fusil. Apuntes en torno al heroísmo y los lugares de memoria**. Rosario: Casagrande, 2017.
- CONNERTON, Paul. Seven types of forgetting. **Memory Studies**. N. 1(1), 2008, p. 59–71.
- DAVALLON, Jean. Comment se fabrique le patrimoine: deux régimes de patrimonialisation In: KHAZNADAR, Chérif (dir.) **Le patrimoine, oui, mais quel patrimoine?** Paris: Maison des cultures du Monde, Série Babel, 2012.
- HALBWACHS, Maurice. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris : Albin Michel, 1994.
- _____. **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.
- LIMA, Maik Lenno Sempre há esperança após a cerca e a seca: a patrimonialização do campo de concentração do Patu em Senador Pompeu, CE. Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, UFPel, 2021.
- LORAUX, Nicole. **La cité divisée. L'oubli dans la mémoire d'Athènes**. Paris, Payot, 2005.
- PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína [orgs.]. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996, p. 103-13.
- PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (orgs.) **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996, p.103-130.
- PRATS, Llorenç. Concepto y gestión del patrimonio local. **Quaderns de l'Institut Català d'Antropologia**, n.9, 2007.
- ROTHBERG, Michael. **Multidirectional Memory: Remembering the Holocaust in the Age of Decolonization** (Cultural Memory in the Present.) Stanford, Calif.: Stanford University Press. 2009.
- TOBELEM, Jean-Michel. L'introuvable politique patrimoniale des États-Unis d'Amérique. **Culture & Musées**, n. 9, 2007, p.99-119.
- TODOROV, Tzvetan. **Los Abusos de la Memoria**. Barcelona, Editorial Paidós, 2013
- WAHNICH Sophie. L'impossible patrimoine négatif. **Les cahiers Irice**, n°7, 2011, p. 47-62. URL : <https://www.cairn.info/revue-les-cahiers-irice-2011-1-page-47.htm>
- WINTER, Jay. The Generation of Memory: Reflections on the “Memory Boom”. **Archives & Social Studies: A Journal of Interdisciplinary Research**, vol. 1, n° 1, 2007, p. 363-397.

CONSIDERAÇÕES SOBRE MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

TÃO LONGE, E TÃO PERTO: ESBOÇO DAS POLÍTICAS DE MEMÓRIA E SEUS PRINCIPAIS EIXOS DE PESQUISA NO ESPAÇO PÓS-SOVIÉTICO



Lúcio Geller Jr.

Doutorando em História na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Mestre em História pela UFRGS, desenvolve pesquisas sobre memória pós-soviética e é colunista do site História da Ditadura.

16

“Ver de cima é estar no topo. Mas também pode ser encontrar-se na crista: no “cume de um desastre” [...] É tomar balanço ou arriscar-se a cair. É içar-se ao pináculo ou ficar pendurado (estrado ou cadafalso) logo, perdido”.

Georges Didi-Huberman²

Assim que as tropas russas invadiram a Ucrânia em fevereiro de 2022, diversos termos começaram a circular intensamente na imprensa e na sociedade brasileira. De um lado, eram siglas de entidades internacionais, como OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e UE (União Europeia). De outro, nomes de regiões e países que se autoproclamavam independentes no leste da Ucrânia, os quais muito pouco ou quase nada se sabia ao sul do Equador – a saber, as repúblicas de Donetsk e Luhansk.

² DIDI-HUBERMAN, Georges. *Pensar debruçado*. Lisboa: KKYM, 2015. E-book Kindle.

Não obstante as denominações, surgiu uma séria de palavras-chave, repetidas exaustivamente, para explicar os acontecimentos em curso. As favoritas eram “expansão” e “segurança nacional”. Para os observadores das relações internacionais, ambas designariam as principais razões da eclosão da guerra. Em resumo, a aproximação da OTAN das fronteiras da Rússia, através da adesão de novos países membros, representou uma ameaça que deixou a segunda sem outra opção, senão atacar um dos últimos países “livres” da influência da aliança militar atlântica, a Ucrânia.

Certamente, não se pode desdenhar do papel dos Estados Unidos no alargamento das fronteiras da OTAN, sobretudo quando seus interesses geopolíticos estão em jogo. Basta lembrar de todas as guerras, intervenções, manutenções de regimes autoritários e pilhagens de recursos alheios patrocinadas pelos governos de Washington. Contudo, um olhar limitado às decisões das potências internacionais deixa pouco espaço para o próprio palco da guerra – paradoxalmente reduzido a um simples tabuleiro de xadrez, em que forças muito maiores se enfrentam, a despeito dele mesmo.

Desse ponto de vista, o mínimo que se deveria perguntar, portanto, é como seria possível compreender a dita “expansão” sem levar em conta a história dos países que hoje procuraram se integrar a entidades de dissuasão da influência russa no Leste Europeu? E mais, ao considerar somente a explicação de que, em vista da ameaça à segurança da Rússia, o avanço da OTAN foi o detonador da guerra, não se correria o risco de legitimar então a invasão da Ucrânia? Para qualquer intérprete que acredita que a história pode servir para mostrar que nenhum acontecimento é natural, é no mínimo estranho corroborar de uma explicação que compreende a guerra como algo inexorável.

Em grande medida, essa leitura é fruto de um senso de querer enxergar tudo de cima. Isto é, de que um simples voo sobre qualquer fenômeno histórico, encontrando as leis que regem a sua topografia, é suficiente para compreendê-lo – ainda mais quando se trata de Estados nacionais. Todavia, no caso dos países do antigo bloco socialista, ver de cima infelizmente mais ofusca a sua complexidade do que mapeia seus principais problemas, conforme a epígrafe de Georges Didi-Huberman. Sem contar o risco de justificar *a priori* certas posições, como mencionado acima.

Mesmo em se tratando de relações entre entidades nacionais, o Leste Europeu é um lugar onde se pode falar, por exemplo, em “geopolítica da memória”, segundo uma de suas principais estudiosas.³ Inclusive, segundo as principais discussões dos últimos anos no campo dos estudos soviéticos e pós-soviéticos, as políticas de memória parecem ser uma das principais questões para compreender o cenário atual. Para diversos analistas, elas correspondem a um fenômeno bem mais amplo do que se imagina, com incursões até mesmo na crise disparada pela invasão da Ucrânia.

Em contrapartida, sua relevância na história desses países não é imediata, assim como também não são os caminhos que antecederam a guerra. Exatamente por isso, o espaço que outrora fizera parte do extinto bloco socialista exige um olhar mais comedido. É preciso observá-lo através de temporalidades e espacialidades mais longas e, ao mesmo tempo, mais próximo de fenômenos contingentes e disputados, do que dos movimentos mais gerais. Para situar essa visão tão longe e, ao mesmo tempo, tão perto, dedico as próximas páginas a um esboço das políticas de memória e seus principais eixos pesquisa no espaço pós-soviético.

Antes disso, cabe sublinhar o cenário da historiografia na região depois da dissolução do bloco socialista em 1989. Segundo Ewa Domanska, a transição do socialismo de Estado para um sistema de capitalismo privado, com todas as suas turbulências étnicas, sociais e geracionais, fomentou uma tendência de rejeição de análises sociais marxistas, vulgarmente associadas ao autoritarismo de outrora.⁴ Digo “vulgar” porque, embora o Estado tenha procurado impor algumas limitações, como a proibição do acesso aos arquivos do período soviético em 1970, existiram brechas para interpretações que divergiam do ponto de vista das autoridades oficiais.

Essas visões divergentes podiam se manifestar tanto pela prática de *samizdat*, quanto dentro dos próprios círculos acadêmicos. O primeiro, designa um sistema de publicação clandestina que existiu na União Soviética entre os anos de 1950 e 1980, a exemplo dos trabalhos dos irmãos historiadores Roy e Zhores Medvedev que, de fato, enfrentaram problemas com o regime. O segundo, pode ser exemplificado pela experiência de Jerzy Topolski (1992, p. 175) na historiografia polonesa, que lembra de

³ ZHURZHENKO, Tatiana. The geopolitics of memory. *Eurozine*, p. 1-16, 10 maio 2007 [online]. Disponível em: <https://bit.ly/3y05gdg>. Acesso em: 15 jun. 2021.

⁴ DOMANSKA, Ewa. A necessidade de uma vanguarda historiográfica. *HH Magazine*, 23 nov. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2ZuZFsd>. Acesso em: 15 jun. 2021.

muitos colegas acadêmicos que não aderiram ao marxismo e outros que viram nele uma oportunidade para enriquecer as suas análises, o seguindo não como um “ato de fé”.

Outro ponto importante é que a situação também podia variar conforme a linha de pesquisa adotada. Assim como um culto havia sido criado em torno de Lênin após sua morte em 1924, desde os anos de 1960 o Estado patrocinava narrativas que destacavam o fim da Segunda Guerra Mundial como o triunfo da “Grande Guerra Patriótica”. Essa “política de passado”, segundo o balanço de Alexander von Plato (2007, p. 17), dificultou pesquisas de história oral, “tida como ‘subjativista’ e rejeitada nos espaços de hegemonia soviética, pois predominava a opinião de que a experiência histórica dos sujeitos nem sempre estava em sintonia com o ponto de vista do partido que estava no poder.”

Contudo, se os anos de 1980 conheceram uma renovação na historiografia a partir dos problemas levantados pelas representações do Holocausto na Europa Ocidental, na outra ponta do continente não seria diferente. Nem lá, nem em outras partes do mundo que procuravam igualmente lidar com os seus legados de violência e autoritarismo. Apesar disso, o cenário soviético é, ao mesmo tempo, semelhante e singular, pois é ainda dentro do regime de partido único que a memória começa a ser valorizada nos espaços públicos e interpretada academicamente.

A mudança no cenário político da União Soviética foi um dos fatores que favoreceu a relevância da memória naqueles anos. A nova direção de Mikhail Gorbachev (1985-1991) acreditava que para conseguir levar adiante suas políticas de reestruturação socioeconômica (*Perestroika*), era preciso renovar os valores proclamados pelo Estado socialista, demandando assim uma revisão do passado, inclusive das suas passagens mais sombrias, como o stalinismo. A liberalização da imprensa foi uma de suas principais medidas nesse sentido, pois veio acompanhada da publicação de importantes obras memorialísticas, como os livros *Arquipélago Gulag*, de Aleksandr Soljenítsyn, e *Contos de Kolimá*, de Varlam Chalámov, em 1989.

Além da literatura, cabe destacar o surgimento de associações de estudos e debates sobre as repressões políticas da União Soviética, centradas ao redor do grupo *Memorial*, liderado pelo inventor da bomba de hidrogênio, Andrei Sakharov, que posteriormente se tornou voz ativa na defesa dos direitos humanos. Sobretudo porque

elas foram essenciais para o fomento de projetos de história oral sobre “campos de concentração, a fuga e dispersão de milhões de pessoas nesta região, a perseguição de décadas da parte dos soviéticos a diversos grupos políticos e étnicos” (VON PLATO, 2007, p. 10).⁵

Desse ponto de vista, é possível afirmar que a rejeição ao marxismo é muito relativa. Por um lado, ela ignora as formas que os estudiosos encontraram de abordar seus pontos de vista. Algumas delas clandestinamente, é verdade, mas também de maneira autônoma e não pela simples imposição. Por outro, há o fator da dificuldade de acessar temas mais sensíveis através de abordagens menos legitimadas pelas autoridades, o que explica a tendência de buscar outras perspectivas depois de 1989, até mesmo para “oxigenar” as discussões e revisar o conhecimento histórico acumulado.

O período que vai da *Perestroika* até a dissolução designa, portanto, uma fase de busca pelo reconhecimento de passados menos triunfais aos olhos do Estado, como as expropriações de terras, as deportações, as carestias, os conflitos étnicos e os processos políticos dignos da Inquisição de Josef Stalin. As medidas ligadas à imprensa favorecem o surgimento de obras, organizações e pesquisas memoriais. Com o fim do socialismo de Estado, tudo isso foi atravessado pela reconfiguração das fronteiras, das lógicas de governança, dos valores declarados institucionalmente e de novos sentidos de pertencimento para colocar no lugar do velho *homo sovieticus*.

Até 1991, todas as 15 federações que constituíram a União Soviética já eram países independentes,⁶ bem como as repúblicas aliadas do Leste Europeu.⁷ Cada uma delas, passou por processo transitórios distintos, o que implicou numa variedade de medidas memoriais para a construção de seus sistemas políticos democráticas. Antes de discorrer sobre os estudos que surgiram nessa nova fase, cabe fazer uma pequena observação. Quando falamos que tais países foram “comunistas”, isso não significa que

⁵ Em vários países como Bulgária, República Tcheca, Polônia e Ucrânia formaram-se associações de história oral e, de modo reduzido, nos Estados Bálticos e na Bielorrússia. Na Hungria, ainda durante o período soviético, surgiu o Instituto para o Estudo da Revolução de 1956 (VON PLATO, 2007, p. 19-21).

⁶ Rússia, Bielorrússia, Ucrânia, Armênia, Geórgia, Azerbaijão, Moldávia, Quirguízia, Uzbequistão, Cazaquistão, Tadjiquistão, Turcomênia e as três repúblicas do Báltico (Lituânia, Estônia e Letônia).

⁷ Polônia e Hungria renunciaram ao socialismo antes da queda do muro de Berlim, em 1989, seguidas pelas vizinhas Tchecoslováquia, Bulgária e Romênia. Sem contar o processo de reunificação da Alemanha, que terminou em 1991. Embora dentro dessa mesma espacialidade, Albânia e Iugoslávia romperam com a União Soviética ainda durante a Guerra Fria.

eles correspondam exatamente à ideia de Karl Marx de uma comunidade autoemancipada. O mesmo vale para a democracia, pois afirmar que a Polônia, a Rússia ou a Ucrânia transitaram para regimes democráticos não quer dizer que se postule a identidade de seus sistemas políticos. Até porque, em muitos países, apareceram novas formas de autoritarismo e conflitos étnicos e religiosos.

Feitas tais considerações, é oportuno começar pelos estudos da própria transição. Aliás, que muitos países experimentaram revoluções, mudanças e restaurações de regime, modernizações e outras tantas transformações políticas e socioeconômicas, não é uma novidade. E tudo isso está presente, seja de um tipo ou de outro, no Leste Europeu. Contudo, o espaço pós-soviético também está inscrito em outro paradigma transicional, formulado pelos analistas nas décadas de 1970 e 1980, que é o de “justiça de transição”. Segundo Ruti Teitel, este pode ser definido “como a concepção de justiça associada a períodos de mudança política, caracterizados por respostas no âmbito jurídico, que têm o objetivo de enfrentar os crimes cometidos por regimes opressores do passado”.⁸

É Teitel, a propósito, quem estabelece uma divisão da “justiça de transição”, em que a desintegração do bloco socialista (Fase II), situada entre o pós-1945 (Fase I) e a emergência da globalização (Fase III), levou a processos simultâneos de democratização do Leste Europeu e do desaparecimento de sistemas ditatoriais na América Latina e segregacionistas na África do Sul. A dinâmica global, porém, não implica em uma homogeneidade. Paige Arthur, em uma revisão de Teitel, lembra que os países comunistas eram Estados de partido único e com estruturas sociais mais coletivas. Isso significa que, para a autora, as formas como os novos regimes também lidaram com essas heranças são uma parte fundamental do escopo da “justiça de transição” no espaço pós-soviético.⁹

Em países da União Soviética, como Rússia e Ucrânia, foram quadros ligados ao próprio regime que passaram a defender a sua dissolução. Com isso, muitos deles conseguiram

⁸ TEITEL, Ruti. Genealogia da justiça transicional. In: REATEGUI, Félix (org.). *Justiça de Transição: Manual para a América Latina*. Brasília: Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011. p. 135.

⁹ ARTHUR, Paige. Como as “transições” reconfiguram os direitos humanos: uma história conceitual da justiça de transição. In: REATEGUI, Félix (org.). *Justiça de Transição: Manual para a América Latina*. Brasília: Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011. p. 122.

preservar suas posições na sociedade, exercer influência política e tirar proveito de uma economia capitalista. Em contrapartida, o Leste Europeu se envolveu em extensos expurgos no início dos anos de 1990. A família do ditador albanês Enver Hoxha enfrentou os tribunais e, na Romênia, Nicolae Ceaușescu e sua esposa Elena foram executados depois de uma série de conflitos civis. Até o começo dos anos 2000, todos os países da região, exceto a Iugoslávia devastada pela guerra, aprovaram legislações para tratar de indivíduos em cargos da gestão pública ligados ao regime anterior e sobre o acesso aos arquivos do aparato repressivo, sobretudo dos órgãos de inteligência.

A cientista política Lavinia Stan, especialista na democratização pós-comunista da Romênia, organizou o primeiro livro que discutiu os processos de justiça transicional efetuados por nove países do Leste Europeu (ex-Alemanha Oriental, República Tcheca, Eslováquia, Polônia, Hungria, Romênia, Bulgária, Albânia e Eslovênia) e pelas 15 ex-repúblicas soviéticas, de 1989 a 2007. Intitulado *Transitional Justice in Eastern Europe and the former Soviet Union: Reckoning with the communist past*, seu recorte temporal vai da dissolução até a completa adesão do primeiro grupo de países à União Europeia – que significaria, aos olhos da entidade, o reconhecimento de seus esforços para democratizar e construir economias de mercado.¹⁰ Os estudos de Stan sobre o caso romeno apontam também para outras possibilidades de investigação menos evidentes no campo transicional, como as relações entre credo e etnicidade.¹¹

Não obstante o âmbito jurídico, por todo o Leste Europeu museus e instituições públicas foram erigidas para construir novas narrativas históricas para as novas nações. Alguns deles saltam aos olhos, como o Instituto Nacional da Lembrança, na Polônia, e o Instituto Ucrainiano da Memória Nacional, pelo *status* quase ministerial que assumiram. Centrados em uma missão oposta à perspectiva soviética de silenciar as experiências pessoais e provar a sua unidade nacional, os institutos históricos procuram informar sobre a resistência contra o antigo regime e a opressão perpetrada pelas suas autoridades. Apesar disso, os estudos mais recentes vêm mostrando certas continuidades entre as abordagens dessas instituições e o modelo soviético. Dariusz

¹⁰ STAN, Lavinia (org.). *Transitional Justice in Eastern Europe and the former Soviet Union: Reckoning with the communist past*. New York: Routledge, 2009.

¹¹ *Id.*; TURCESCU, Lucian. *Church, State, and Democracy in Expanding Europe*. New York: Oxford University Press, 2011.

Stola e Oxana Shevel são alguns dos nomes que estudam os riscos dos institutos apenas invertermem a mesma exigência de uma interpretação mais “correta” e unificadora do passado.¹²

Assim como no caso das autoridades que permaneceram dentro do novo sistema político, não se pode afirmar que todas as políticas de memória pós-1989 procuram se afastar do legado soviético. Especialmente na Rússia, no Uzbequistão e em outras ex-repúblicas da Ásia Central, é possível perceber uma preservação de símbolos, cerimônias, e homenagens ao passado soviético, a exemplo dos desfiles do “Regimento Imortal” na parada anual do dia da Vitória em Moscou, em 9 de maio. O foco maior delas, contudo, não são os antigos líderes, muito menos suas ideias comunistas. Mas a lembrança das décadas de maior estabilidade econômica e social; das conquistas no campo da ciência, da indústria e das artes; e da posição de grande potência que a União Soviética assumia para os seus cidadãos e para o mundo no cenário internacional.

Por um lado, essas manifestações podem ser vistas como uma identificação nostálgica com a narrativa utópica da grandeza soviética, sobretudo em estudos de experiências particulares.¹³ Por outro, quando analisados os objetivos das políticas de memória, há quem diga que se trata de uma reconfiguração do passado soviético, em que prevalecem os componentes capazes de unir a sociedade. Daí a reabilitação do velho paradigma triunfalista da “Grande Guerra Patriótica” na Rússia. Seus contornos propriamente “soviéticos” são neutralizados pelo elemento de união e defesa da pátria, acima de “ideologias”, para criar sentidos de pertencimento a uma Rússia pós-soviética.¹⁴

Para fechar o meu argumento inicial, são por essas razões que alguns autores, como a cientista política Tatiana Zhurzhenko, adotam a ideia de que há uma “geopolítica da memória” no espaço pós-soviético. Para a Rússia, a lembrança da vitória sobre o Terceiro Reich é um legado supostamente irrevogável pelo potencial de conferir-lhe

¹² STOLA, Dariusz. Poland’s Institute of National Remembrance: A Ministry of Memory? MILLER, Alexei, LIPMAN, Maria. *The convolutions of historical politics*. New York: Central European University Press, 2012. SHEVEL, Oxana. The Battle for Historical Memory in Postrevolutionary Ukraine. *Current History*, v. 115, n. 783, p. 258–263, 2016.

¹³ KALININ, Ilya. Soviet Atlantis. *Eurozine*, 22 nov. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3avwhHq>. Acesso em: 20 jan. 2020.

¹⁴ *Id.* Nostalgic Modernization: the Soviet Past as ‘Historical Horizon’. *Slavonica*, v. 17, n. 2, p. 156–166, 2011.

um reconhecimento enquanto potência mundial, fundamental para se relacionar com outras nações. O mesmo pode ser dito das tendências de outros países, que procuram se afastar dessa abordagem para construir o seu protagonismo a partir de suas próprias histórias. Todavia, não há um rasgo bem delimitado entre cada uma delas. Polônia e Ucrânia já estiveram em lados opostos sobre a memória da ocupação nazista, por exemplo. Para os primeiros, os ucranianos foram os responsáveis pelos massacres da Volínia e da Galícia, em 1943. Enquanto que para os segundos, os culpados eram também os seus heróis na luta contra o domínio soviético na Ucrânia. Mas tudo isso só pode ser visto olhando de muito longe e, ao mesmo tempo, de muito perto.

REFERÊNCIAS

- ARTHUR, Paige. Como as “transições” reconfiguram os direitos humanos: uma história conceitual da justiça de transição. In: REATEGUI, Félix (org.). *Justiça de Transição: Manual para a América Latina*. Brasília: Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Pensar debruçado*. Lisboa: KKYM, 2015.
- DOMANSKA, Ewa. A necessidade de uma vanguarda historiográfica. *HH Magazine*, 23 nov. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2ZuZFsd>. Acesso em: 15 jun. 2021.
- KALININ, Ilya. Nostalgic Modernization: the Soviet Past as “Historical Horizon”. *Slavonica*, v. 17, n. 2, p. 156–166, 2011.
- KALININ, Ilya. Soviet Atlantis. *Eurozine*, 22 nov. 2019 [online]. Disponível em: <https://bit.ly/3avwhHq>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- STAN, Lavinia. *Transitional Justice in Eastern Europe and the former Soviet Union: Reckoning with the communist past*. New York: Routledge, 2009.
- STAN Lavinia; TURCESCU, Lucian. *Church, State, and Democracy in Expanding Europe*. New York: Oxford University Press, 2011.
- STOLA, Dariusz. Poland’s Institute of National Remembrance: A Ministry of Memory? MILLER, Alexei, LIPMAN, Maria. *The convolutions of historical politics*. New York: Central European University Press, 2012.
- SHEVEL, Oxana. The Battle for Historical Memory in Postrevolutionary Ukraine. *Current History*, v. 115, n. 783, p. 258–263, 2016.
- TEITEL, Ruti. Genealogia da justiça transicional. In: REATEGUI, Félix (org.). *Justiça de Transição: Manual para a América Latina*. Brasília: Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011.
- TOPOLSKI, Jerzy. Polish historians and Marxism after World War II. *Studies in Soviet Thought*, v. 43, n. 2, p. 169–183, 1992.
- VON PLATO, Alexander. A descontinuidade da ruptura do sistema e reorientação pessoal. *História Oral*, v. 10, n. 2. 2007.
- ZHURZHENKO, Tatiana. The geopolitics of memory. *Eurozine*, p. 1-16, 10 maio 2007 [online]. Disponível em: <https://bit.ly/3y05gdg>. Acesso em: 15 jun. 2021.

NOVIDADES

SOBRE MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA



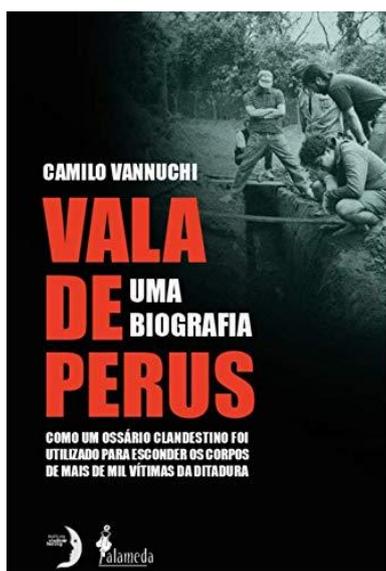
Los Juicios del Cóndor

Francesca Lessa

Madrid: Taurus, 2022.

Neste livro, a pesquisadora Francesca Lessa, vinculada à Universidade de Oxford, do Reino Unido, compartilha os resultados de sua pesquisa sobre os julgamentos dos crimes cometidos pelas ditaduras latino-americanas no âmbito do Plano Condor. Na obra, a autora apresenta como funcionou a conexão repressiva internacional na região e analisa os usos do Judiciário argentino e italiano para lidar com tais crimes.

25

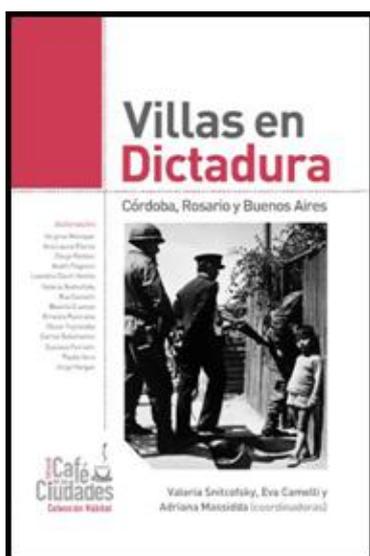


Vala de Perus: uma biografia

Camilo Vannuchi

São Paulo: Alameda, 2021.

Neste livro, o jornalista Camilo Vannuchi compila e revisa uma série de reportagens especiais produzidas por ele para o Instituto Vladimir Herzog. Em sua pesquisa para as reportagens especiais, o autor conta, com riqueza de detalhes, a história da Vala de Perus, descoberta por familiares de vítimas da ditadura no país e utilizada, a partir da década de 1970, pela repressão.



Villas en Dictadura: Córdoba, Rosario y Buenos Aires

Valeria Snitkofsky, Eva Camelli y Adriana Massidda (Org.)

Buenos Aires: Café de las Ciudades, 2021.

Nesta coletânea, são reunidos diversos estudos sobre o impacto da ditadura argentina em três dos principais centros urbanos do país – as cidades de Córdoba, Rosário e Buenos Aires –, discutindo-se os legados da ditadura no presente.

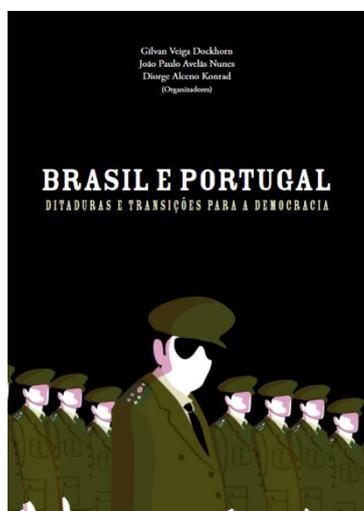


“Podrán cortar todas las flores, pero no podrán detener la primavera”

Laura Bittencourt Alves

Porto Alegre: Fi, 2022.

Versão adaptada da dissertação defendida pela autora na UFRGS, o livro aborda a forma como o movimento *Madres de Plaza de Mayo*, na Argentina, foi representado pelos jornais *O Estado de São Paulo* e pelo *Jornal do Brasil*.

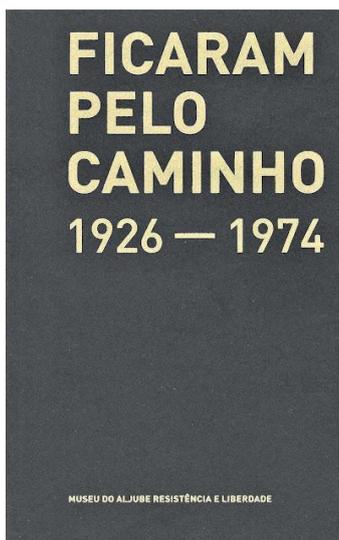


Brasil e Portugal: ditaduras e transições para a democracia

Gilvan Vieira Dockhorn, João Paulo Avelãs Nunes e Diorge Alceno Konrad (Org.)

Santa Maria: EDUFMSM, 2020.

Coletânea com 14 capítulos escritos por pesquisadoras/es do Brasil e de Portugal que refletem sobre as ditaduras e os processos de transição à democracia em ambos os países.

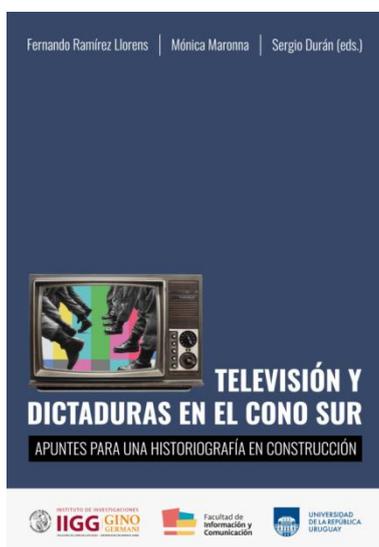


Ficaram pelo caminho (1926-1974)

Museu do Aljube (Org.)

Lisboa: Museu do Aljube, 2022.

Organizada e publicada pelo Museu do Aljube, museu dedicado à memória das vítimas da ditadura em Portugal, a obra compila informações sobre pessoas que foram perseguidas pelo aparato repressivo português de 1926 até 1974, ano da Revolução dos Cravos.



Televisión y Dictaduras en el Cono Sur

Fernando Ramírez Llorens, Mónica Maronna y Sergio Durán (Org.)

Buenos Aires: IIGG/Montevideo: Udelar, 2021.

Coletânea que reúne diversos estudos sobre a relação das ditaduras do Cone Sul com a televisão. A premissa da obra parte da ideia de que tal relação é muito mais complexa do que a simples presunção de que tal meio de comunicação foi apenas utilizado para promover as ditaduras.

27



Argentina, 1985

Um filme dirigido por Santiago Mitre.

Argentina, 2022.

Neste filme, é apresentada a história por trás do julgamento das Juntas Militares que governaram a Argentina de 1976 até 1983, durante a ditadura. O filme resgata as dificuldades enfrentadas pelos agentes judiciais para levar os antigos ditadores ao banco dos réus assim como a repercussão do julgamento na época.

PLAN CÓNDOR

A base de dados *Plan Cóndor* foi criada num parceria da Universidade de Oxford, no Reino Unido, com organizações de direitos humanos do Uruguai e do Chile que há anos estão engajadas nas lutas por memória, verdade e justiça: o Observatorio Luz Ibarburu e o Londres 38. O site disponibiliza uma base de dados virtual que compila informações sobre a conexão repressiva de atuação internacional estabelecida pelas ditaduras latino-americanas entre as décadas de 1970 e 1980 e que ficou conhecida como *Plan Cóndor*. Um dos objetivos do portal é “*compilar informação prévia, mas dispersa, sobre o Plan Cóndor em único site e com livre acesso*” (tradução nossa). No site, é possível verificar, entre outros, dados sobre mais de 800 vítimas das operações realizadas sob a vigência do *Plan Cóndor*, informações sobre ações judiciais movidas por vítimas e/ou por seus familiares, um mapa com os locais dos crimes.

Disponível em: <http://plancondor.org/>

28



Fonte: Imagem da página inicial do site.

MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA EM IMAGENS

EX-CONTADOR DE AUSCHWITZ É CONDENADO A 4 ANOS DE PRISÃO

Em 15 de julho de 2015, Oskar Gröning, ex-contador do Campo de Concentração de Auschwitz, foi condenado a 4 anos de prisão pelo Tribunal de Luneburgo, no norte da Alemanha. À época do julgamento, o réu estava com 94 anos de idade. Gröning foi condenado por sua participação nos crimes cometidos pelo nazismo, sendo responsável por aproximadamente 300 mil mortes. Apesar de tardia, uma vez que foi proferida após 70 anos da libertação dos campos de extermínio, a sentença foi celebrada por grupos de vítimas do nazismo.



Fonte: Oskar Gröning em seu julgamento. Fotografia de Tobias Schwarz/AP.



UFPEL

NUPPOME

Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória
IFISP - UFPEL

APOIO



10 ANOS
2011-2021



LABORATÓRIO DE
HISTÓRIA POLÍTICA E SOCIAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUÍZ DE FORA

GPDEJUV
GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA EM
DEMOCRACIA, JUSTIÇA E VIOLÊNCIA



uff
Universidade
Federal
Fluminense